

ESTUDO TÉCNICO

N.º 18/ 2013

**Notas críticas conceituais e metodológicas  
referentes ao IPS - Índice de “Progresso Social”**

MDS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO A SALA 323

CEP 70054-960 BRASÍLIA DF TEL. 61 2030 1501

SAGI

## **Estudo Técnico**

No. 18/2013

Notas críticas conceituais e metodológicas referentes ao Índice de “Progresso Social”

### **Técnico responsável**

Alexander Cambraia N. Vaz

Paulo de Martino Jannuzzi

### **Revisão**

Paulo de Martino Jannuzzi

Estudos Técnicos SAGI é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na secretaria, que tratam de temas de interesse específico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

O principal público a que se destinam os Estudos são os técnicos e gestores das políticas e programas do MDS na esfera federal, estadual e municipal. Nesta perspectiva, são textos técnico-científicos aplicados com escopo e dimensão adequados à sua apropriação ao Ciclo de Políticas, caracterizando-se pela objetividade, foco específico e tempestividade de sua produção.

Futuramente, podem vir a se transformar em artigos para publicação no Cadernos de Estudos, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) ou outra revista técnica-científica, para alcançar públicos mais abrangentes.

**Palavras-chave:** *índices multidimensionais; avaliação de impacto; políticas públicas*

### **Unidade Responsável**

#### **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 307

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1501 | Fax: 3433-1529

[www.mds.gov.br/sagi](http://www.mds.gov.br/sagi)

#### **Secretário de Avaliação e Gestão da Informação**

Paulo de Martino Jannuzzi

#### **Secretária Adjunta**

Paula Montagner

## Apresentação

O presente estudo tem por objetivo apresentar uma avaliação metodológica do Índice de Progresso Social (IPS), originalmente proposto pela Organização *Social Progress Imperative*. Inicialmente, apresenta-se o IPS e suas principais características, especialmente as dimensões e os indicadores que lhe conferem suporte. Logo após, aponta-se algumas limitações que devem ser consideradas no seu uso como instrumento de comparação avaliativa do “Progresso Social” entre países.

### 1. Breve apresentação do Índice

O IPS, proposto inicialmente em 2009 durante o *World Economic Forum* e atualmente promovido principalmente pela *Social Progress Imperative*, encontra suas origens no debate em torno da seguinte pergunta: “Quais são os componentes do sucesso de uma nação?”. Tradicionalmente respondida usando produto interno bruto ou o produto nacional bruto, já em 1990 o então recém-criado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) começava a popularizar a noção de que, apesar da correlação entre vários indicadores sociais e crescimento econômico, medidas de cunho puramente econômico não são suficientes, pois falham em representar de forma completa as oportunidades oferecidas e o bem estar proporcionado a determinada população.

Tal tendência estabelecida de colocar o desenvolvimento humano como um dos objetivos explícitos do desenvolvimento, permitindo que o mesmo possa ser avaliado, em conjunção com políticas públicas e suas mudanças ao longo do tempo, é um dos pilares do IPS. Nesse sentido, segundo seus proponentes, a nova medida visa expandir principalmente o escopo de mensuração do desenvolvimento humano em si, num esforço de capturar diferentes e plurais aspectos da realidade social de um país.

**Quadro 1 – Metodologia de cálculo dos indicadores do Índice de Progresso Social**

Dimensão	Componentes
Necessidade Humanas básicas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Nutrição e Tratamento Médico Básico</li><li>• Ar, Água e Saneamento</li><li>• Abrigo</li><li>• Segurança Pessoal</li></ul>
Fundamentos do Bem Estar	<ul style="list-style-type: none"><li>• Acesso à Educação Básica</li><li>• Acesso à Informação e Comunicação</li><li>• Saúde</li><li>• Sustentabilidade do Ecossistema</li></ul>
Oportunidade	<ul style="list-style-type: none"><li>• Direitos Pessoais</li><li>• Liberdade Pessoal</li><li>• Igualdade e Inclusão</li><li>• Acesso à Educação Superior</li></ul>

**Fonte:** Porter et al (2013)

Nesse âmbito podemos entender progresso social como a capacidade de uma sociedade de manter as necessidades mais essenciais à sobrevivência, a disponibilidade de uma infraestrutura para que as pessoas possam melhorar suas vidas e a oferta de oportunidades de melhorar sua posição perante a sociedade (Porter et al 2013). Cada faceta do progresso social é representada como uma dimensão na composição do indicador, sendo essas desagregadas em quatro componentes, que, por sua vez, são medidos por variáveis específicas (Quadro 1).

A estruturação do IPS se dá com base em 3 macro dimensões, sendo: *necessidades básicas*, *infraestrutura social* e *oportunidades*. Cada macro dimensão é estruturada em torno de subdimensões específicas e essas, por sua vez, tem por base 50 indicadores que pretendem a leitura da realidade (Tabela 1). Segundo seus proponentes, tal disposição do indicador possui forte relação com a noção de “capacidade” estabelecida por Sen (1988), pioneiro na ênfase dada à natureza multidimensional do bem estar social<sup>1</sup>. Nesse sentido a desagregação das dimensões feita no IPS abarca aspectos sociais, políticos e até mesmo as políticas de meio ambiente dos países pesquisados, com uma lógica que progride partindo dos padrões mínimos de para exista o progresso até o potencial máximo possível de ser alcançado por um indivíduo em determinada sociedade.

Tabela 1 – **Composição estrutural do IPS, segundo quantitativos de subdimensões e de indicadores**

Dimensão	Quantidade de subdimensões	Quantidade de indicadores
<i>Necessidades Básicas</i>	4	18
<i>Infraestrutura Social</i>	4	16
<i>Oportunidades</i>	4	16
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>50</b>

Fonte: IPS (2013)

O Indicador de Progresso Social apresenta, na perspectiva de seus proponentes, por desenho, seu foco metodológico em dimensões não econômicas do desempenho de um país, propondo ainda uma base de indicadores mais abrangente que a do IDH, que abarca questões que perpassam diversos temas e fatores impactantes na realidade social de um país, como, por exemplo: nível de crimes violentos (na dimensão das necessidades humanas básicas), número de usuários de internet (na dimensão da infraestrutura social) e liberdade de expressão (na dimensão de oportunidade). O indicador é proposto ainda como um complemento a outros esforços recentes de olhar além de medidas puramente econômicas, exemplificado principalmente pela mensuração da Felicidade Interna Bruta (veja Jones, 2006).

Como afirmado antes, a arquitetura do indicador compreende dimensões que se desagregam inicialmente em componentes e posteriormente em indicadores. O índice varia

<sup>1</sup> Segundo Porter et al (2013), “Social progress is defined as the capacity of a society to meet the basic human needs of its citizens, establish the building blocks that allow citizens and communities to enhance and sustain the quality of their lives, and create the conditions for all individuals to reach their full potential.” (p.41).

entre 0 e 100 e é calculado como a média simples dos escores obtidos para as dimensões consideradas. Assim como o índice em si, os escores para cada dimensão são obtidos por média simples, porém nesse caso são considerados os componentes específicos de cada dimensão. Por sua vez cada escore para os componentes é resultado da de uma média feita com os indicadores, que possuem pesos determinados mediante análise fatorial. Tal estrutura permitiria a comparação direta e avaliação de desempenho em qualquer nível de desagregação, que naturalmente pode ser visto como um esforço de trazer à luz, nos mais diversos níveis, os pontos fortes e fracos dos países estudados.

A análise dos pesos atribuídos revela que aqueles indicadores com maior poder discriminatório entre os países tem maior importância no índice, como era de se esperar pelo uso da técnica estatística usada<sup>2</sup>. Assim, as 3 principais subdimensões engendradas nesse sentido foram Nutrição e Cuidados de Saúde, Direitos Civis (Pessoais) e Saneamento Urbano. De fato, é interessante observar que, na verdade, existe dada correlação temática entre esses fatores, especialmente se considerarmos dada relação de causalidade entre eles. O descumprimento dos direitos básicos dos cidadãos de acesso a condições de saneamento saudáveis pode levar, decerto, à piora nas condições de saúde da população. Embora não seja possível estabelecer um grau significativo de causalidade entre tais elementos, não é difícil que eles possam se correlacionar nesse sentido.

Em termos de dados brutos utilizados no cálculo do IPS, a quantidade de indicadores considerados – que incluem tanto dados objetivos dos países quanto pesquisas de opinião – inevitavelmente implica numa variação grande de fontes de informação, que incluem: as Nações Unidas, Gallup, a unidade de inteligência da revista *The Economist* e a União Internacional de Telecomunicações.

## 2 Principais críticas ao IPS em perspectiva comparada

As críticas a índices compostos que pretendem a mensuração de “Progresso Social”, “Desenvolvimento Humano” e outros conceitos complexos podem ser realizadas sob diversos pontos de vista. Ao que parece, do ponto de vista conceitual, como ocorre em várias dessas propostas, Progresso Social é mais um conceito definido *ex-post*, isto é, a busca de uma definição que reflita aquilo que se supõe que 50 indicadores sobre variados aspectos do bem-estar estejam apontando.

---

<sup>2</sup> A técnica utilizada foi a Análise Fatorial, na sua modalidade de Análise de Componente Principal. A Análise de Componentes Principais é um procedimento matemático que utiliza uma transformação ortogonal para converter um conjunto de observações de variáveis possivelmente correlacionadas a um conjunto de valores de variáveis linearmente descorrelacionadas chamadas componentes principais. O número de componentes principais é menor ou igual ao número de variáveis originais. Esta transformação é definida de forma que o primeiro componente principal tem a maior variância possível (ou seja, é responsável pelo máximo de variabilidade nos dados), e cada componente seguinte, por sua vez, tem a máxima variância sob a restrição de ser ortogonal (Greene, 2009).

Críticas sobre o marco conceitual desses indicadores já vem de longa data. No caso do IDH, vale registrar que Ul Haq (1999), ainda que, reconhecendo que o índice considera aspectos nunca antes operacionalizados como desenvolvimento humano, ainda assim o conceito seria mais complexo do que sua abordagem concretamente operacionalizada. Barreto e Jannuzzi (2012) apontam ainda outras limitações de escopo conceitual da medida, que se aplicariam ao IPS, tal como visão restrita do papel do Estado na garantia de direitos sociais e as subdimensões empregadas para captar efeitos do Desenvolvimento em Educação, Saúde e Renda.

No documento que apresenta o IPS, reconhece-se claramente que a medida não partiu de uma reflexão teórica ou compilação de estudos sobre “Progresso Social” ou “Bem Estar”, mas, sim, de sessões de “brainstorming” com especialistas reunidos no MIT para responder à questão.

In concert with a group of academic experts, the Social Progress Index framework synthesizes a large body of research emphasizing the importance of moving beyond GDP, and confronting the social, political and civil elements of societal performance. While a complete literature review is beyond the scope of this short note, our framework draws on a wide range of sources in economics, sociology, political science, and history. (Porter et al, 2013, p.43).

Essa constatação tem uma implicação direta que é o reconhecimento da construção do índice sob o auspício de valores e princípios do grupo específico que o trabalhou. Fosse outro grupo a fazê-lo, por exemplo, em outro país, circundado por diferentes contextos, valores e princípios, certamente o IPS seria dotado de características diferenciadas de seu formato atual. Portanto, não é difícil dizer que, na verdade, o IPS é mais um índice dentre vários indicadores já criados no âmbito temático da avaliação de políticas públicas e não constitui, nesse sentido, novidade e/ou mesmo relevante aporte nesse campo de estudos.

Outra limitação a apontar nessas propostas concerne, ironicamente, ao próprio objetivo de constituição de um índice que sirva para orientar decisões em Políticas Públicas. Nesse processo, importa analisar, clara e objetivamente, as principais questões que podem gerar impactos nas decisões finais. Para isso, o índice composto é estruturado de maneira a interpretar a realidade objetivamente, reduzindo-a a um valor, geralmente escalar, cuja análise e variação são tomadas com base em parâmetros pré-estabelecidos. Ao contrário do que se propõe, não permitem explicitar a complexidade da realidade social para a tomada de decisão das Políticas. Mais indicadores não geram necessariamente mais conhecimento útil e específico para a decisão em termos de Políticas.

Esse fato nos leva a outra crítica passível de realização ao IPS, que concerne justamente à falta de sensibilidade das medidas para orientar decisões políticas. Vale dizer, é indiscutível a necessidade de os governos atuarem em diversas frentes para efetivação da seguridade social e do cuidado com os indivíduos e famílias. E, com isso, reconhece-se que a construção de índices focados em múltiplas dimensões é importante, porque o próprio público-alvo é alardeado por múltiplas dimensões. Contudo, quando falamos em políticas

públicas e na racionalização dos gastos públicos de uma maneira geral, é importante considerar, sobretudo, os objetivos dos programas e das ações governamentais.

Os governos atuam, via de regra, sob a égide de significativas restrições de recursos, como no caso de recursos financeiros, físicos e mesmo humanos. Assim, não é difícil imaginar a quase impossibilidade da realização, em apenas um espaço específico de tempo, de todas as ações necessárias para, por exemplo, efetivar-se o cuidado dos indivíduos e famílias em diversas dimensões do bem-estar. O fato de os governos atuarem sob contextos de constrangimento em termos de recursos nos diz que suas ações devem ser avaliadas em termos dos objetivos traçados por cada qual e dentro de espaços de tempo específicos. Fato que não quer dizer, sob hipótese alguma, que outras ações eventualmente não contempladas no presente, não o serão no futuro. Assim, a construção de índices que pretendem dada avaliação contextual de políticas públicas deveriam se pautar pela sensibilidade às ações dos governos no presente, reconhecendo os esforços realizados ao longo do tempo, mesmo que, claro, sem deixar de considerar os avanços ainda a serem perseguidos. Não obstante, no que se refere às Políticas de combate à fome e à pobreza, o índice oferece pouca interpretação, exatamente por seu caráter simplificado e de leitura superficial da realidade.

Nesse sentido o IPS padece dos mesmos problemas do IDH e MPI, *Multidimensional Poverty Index*, índice voltado a mensurar a pobreza em uma perspectiva multidimensional criado pela *Oxford Poverty & Human Development Initiative* (OPHI), presente nos últimos Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD. Em Anand e Sen (1994), os autores reconhecem que considerando níveis altos de renda e alfabetização – associadas a países melhor desenvolvidos – o IDH tende a ser pouco sensível e refletir apenas pequenas mudanças na expectativa de vida.

Com respeito ao MPI – cujas principais características podem ser vistas em Vaz (2013) – também se percebe sua insensibilidade às Políticas no campo da pobreza e da extrema pobreza. O cálculo do MPI para os anos de 2004 e 2011 com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) permite constatar que o percentual de indivíduos em situação de pobreza e de extrema pobreza se modifica muito pouco ao longo do tempo, passando de 6,6% em 2004 para 5,9% em 2011. Assim, esse índice pouco reflete os esforços que o governo brasileiro vem fazendo no âmbito de áreas temáticas importantes, como no caso do combate à extrema pobreza, a universalização do ensino básico e a melhoria da saúde da população. Se o MPI é insensível aos esforços de combate à pobreza, valendo-se de 12 indicadores de bem-estar mais fundamentais, não é difícil inferir sobre as limitações do IPS, mesmo com 50 indicadores, em captar as ações do governo brasileiro nesse sentido.

Além da pretensa leitura, em apenas uma medida, de um conjunto de informações provenientes de 50 diferentes indicadores, bem como da insensibilidade dos avanços que os governos, como o brasileiro, vem tendo em áreas temáticas importantes, existe um outro elemento passível de crítica no caso do IPS: a mistura, em um mesmo índice, de questões

com fundamentos metodológicos diferenciados, especialmente a mescla de questões objetivas com questões de caráter subjetivo.

A importância da diferenciação de questões objetivas e subjetivas se deve a dois fatores correlatos. Primeiro, a forma de coleta dessas informações é significativamente diferente. No caso das questões objetivas, elas derivam de uma observação direta da realidade e são estruturadas dessa forma, isto é, fazendo uma leitura direta dos fenômenos. Já no caso das questões subjetivas, a leitura da realidade é realizada de maneira indireta, ou, como o próprio nome diz, de maneira subjetiva. Assim, a compreensão dos fenômenos passa por filtros específicos que se embasam nos valores, crenças e princípios dos indivíduos que forneceram as informações.

Tomando essa distinção por base, não é difícil dizer que a interpretação de dados objetivos e de dados subjetivos deve seguir linhas diferenciadas e, no máximo, complementares. A utilização de ambos os formatos de maneira dependente, como no caso da composição do IPS, deve ser tratada com extrema cautela, já que sugere interpretações diferenciadas da realidade. Metodologicamente, o ideal concerne à composição de índices focados em metodologias próprias, sendo objetiva, ou subjetivamente. Assim, é importante levar em consideração que a composição de um índice que leva em consideração, num só cômputo, questões de bases metodológicas distintas pode implicar interpretações decerto enviesadas da realidade.

Outra crítica passível de realização ao IPS concerne às fontes de dados utilizadas. Como todo índice que pretende a realização de comparações internacionais, o índice deve fazer uma escolha importante no âmbito de sua construção e que revela limites claros nesse sentido: a utilização, por um lado, de dados coletados por organismos internacionais e que são comparáveis entre os diversos países, ou, por outro lado, a utilização de dados produzidos por institutos oficiais dos países, geralmente mais atualizados e metodologicamente mais consolidados, como no caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Brasil. O IDH-M, vale dizer, enfrenta dilema semelhante no âmbito de sua composição, como bem apontam Souza e Santos (2013). Tal como o IDH, não fica claro qual é o ano de referência de cada um dos 50 indicadores.

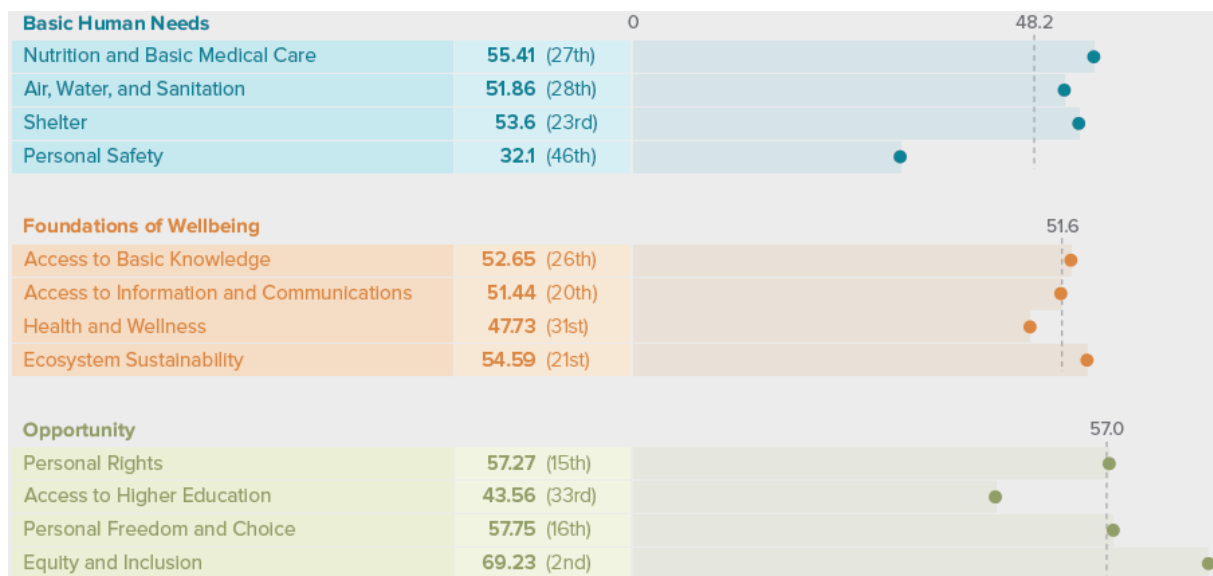
O indicador, de fato, não escapa de dadas limitações. O IPS é calculado para 50 países, dadas as limitações na disponibilidade de dados estatísticos em diversidade temática e qualidade pelo mundo. O IDH é computado para 194 países. Muitos países que figuram no Relatório do IDH não são apresentados no Relatório do IPS, pela limitação na disponibilidade de informações. Ao considerar países com sistemas estatísticos mais estruturados, não é surpreendente que o IPS seja computável em geral para países com IDH médio para alto.



### 3 O Brasil na comparação internacional do IPS

Com base nas características do IPS, Porter et al (2013) elaboram um *ranking* de países tendo por base seu respectivo desempenho e posicionamento nos parâmetros do índice. O Brasil ficou em 18ª posição nesse *ranking* e alguns elementos ajudam a explicar essa colocação. É importante, nessa linha, ter uma visão do desempenho do país nas dimensões estruturadoras do índice (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Performance do Brasil nas dimensões do IPS, segundo pontuação alcançada e posicionamento final no *ranking* de países



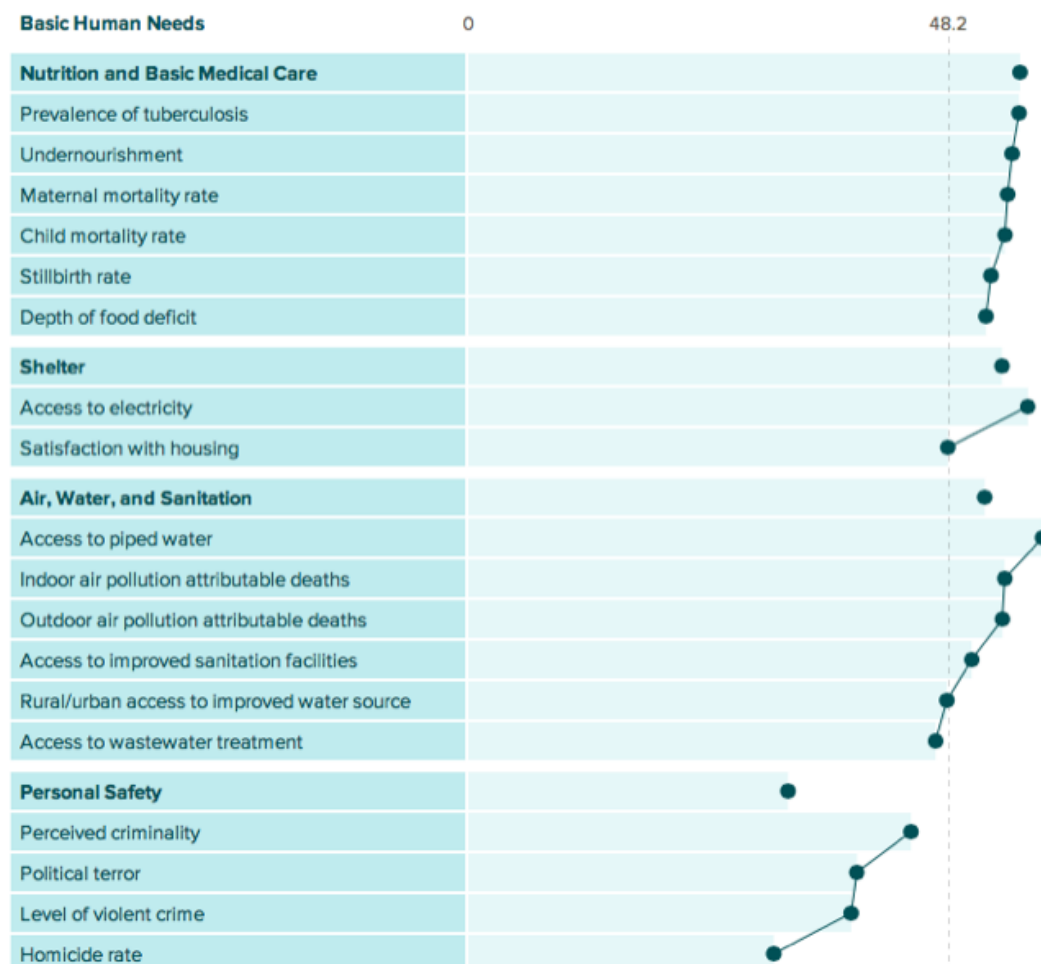
Fonte: Porter et al (2013)

No que tange à dimensão de necessidades básicas, o Brasil obteve desempenhos diferenciados a guisa do indicador e parâmetro considerados. Por um lado, por exemplo, o país ficou em 27º lugar no quesito Nutrição e Cuidados Básicos de Saúde, sendo que, por outro lado, ficou em quase último lugar, 46º, no quesito que afere a percepção dos indivíduos sobre sua Segurança Pessoal. Em relação à dimensão de Bem-Estar, o país se situa relativamente bem em quesitos como Sustentabilidade Ambiental - 21º lugar - e Acesso ao Conhecimento - 26º lugar. Por fim, na dimensão de Oportunidades, o país se situa em 2º lugar no quesito Igualdade e Inclusão e, a seu turno, em 33º lugar no quesito Acesso à Educação Superior, por exemplo.

Com base nessas colocações, é importante analisarmos mais profundamente cada dimensão trazida à baila pelo IPS. No caso das Necessidades Básicas, por exemplo, notamos que o país apresenta taxas relativamente melhores de Mortalidade Materna e Desnutrição em relação às taxas de Segurança Pessoal (Gráfico 2). A menor pontuação do país, por exemplo, se dá exatamente no quesito que mensura a percepção dos indivíduos acerca da taxa de homicídios na sociedade. Vale dizer, aqui notamos claramente uma das limitações de

interpretação do IPS, já que estamos comparando dados objetivos, relatados na taxa de mortalidade materna, com dados subjetivos, colocados via taxa de segurança pessoal.

**Gráfico 2 – Performance do Brasil na dimensão de Necessidades Básicas do IPS, segundo pontuação alcançada e posicionamento final no ranking de países**



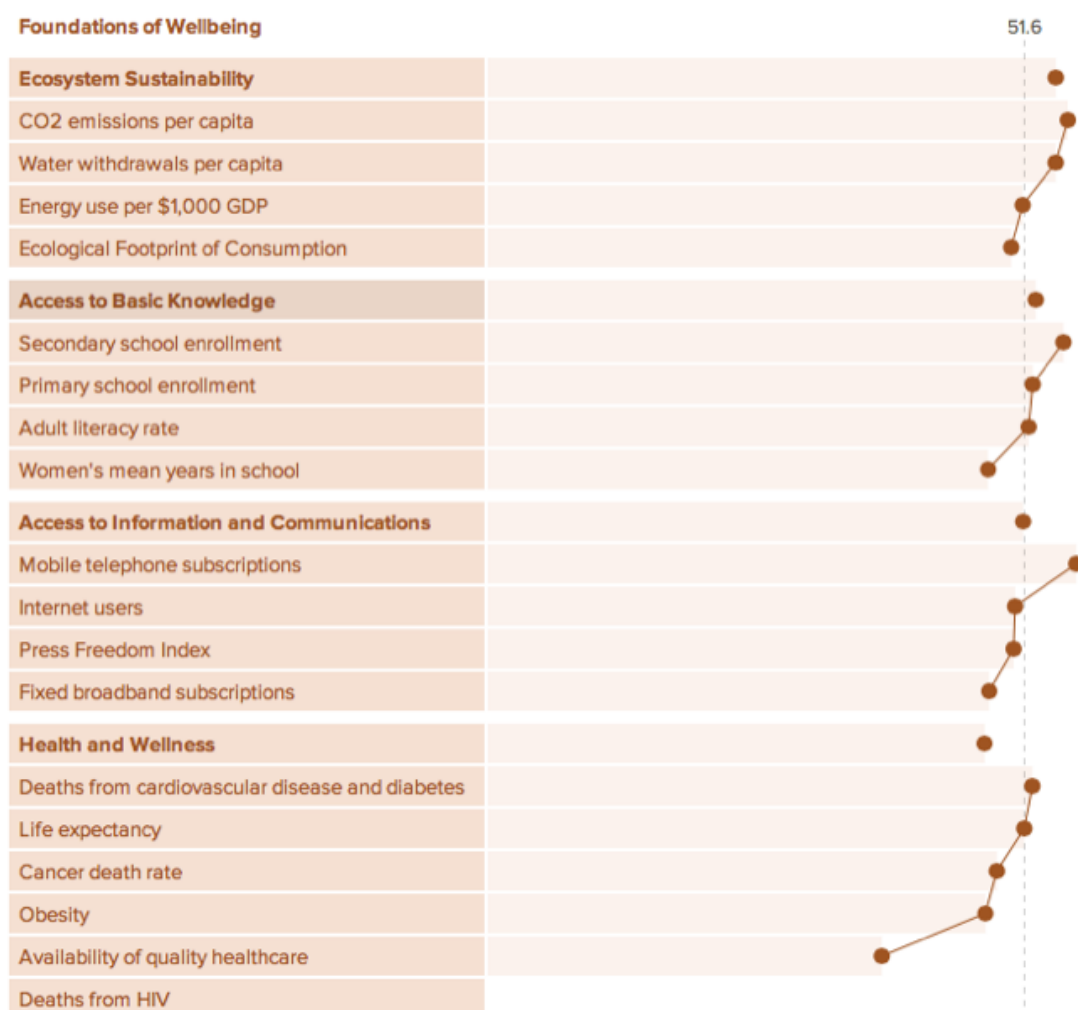
Fonte: Porter et al (2013)

Quando consideramos a dimensão de Bem-Estar, notamos que o país obteve pontuações importantes em termos de acesso à educação secundária, taxa per capita de emissão de CO2, expectativa de vida, além de acesso à educação primária (Gráfico 3). A pior pontuação do país nesse caso ficou a cargo da disponibilidade de serviços de cuidados com a saúde, que mensura a percepção dos indivíduos quanto à disponibilidade e à qualidade dos serviços de saúde prestados no território onde vivem.

A importância das dimensões de bem-estar reside na possibilidade dos indivíduos efetivamente acessarem os serviços públicos de maneira geral. A qualidade de vida, ou o “Progresso Social”, é mensurado, nesse caso, a partir dos instrumentos que os indivíduos dispõem para alcançar satisfação em termos de vivência e expectativas. Essa abordagem é importante porque retira o foco exclusivo da renda dos indivíduos para um foco nas condições ambientais e seus impactos sobre as expectativas, os valores, os princípios e a percepção que estes têm da realidade. Por outro lado, não é difícil notar que resumir todos

os indicadores presentes na dimensão em apenas um valor para interpretação, consiste no mesmo que “jogar fora o bebê junto à água do banho”: são elegidas importantes dimensões para avaliação do bem-estar, mas essas dimensões são tratadas em níveis de simplificação e superficialidade tais que não permitem efetivamente compreender as complexidades que lhe subjazem, como a importância dos fatores ambientais na conformação das expectativas dos indivíduos; ou, ainda, quais os fatores seriam mais importantes para os indivíduos em termos de bem-estar tomando por base diferentes contextos valorativos e regidos por distintos preceitos morais.

**Gráfico 3 – Performance do Brasil na dimensão de Bem-Estar do IPS, segundo pontuação alcançada e posicionamento final no ranking de países**

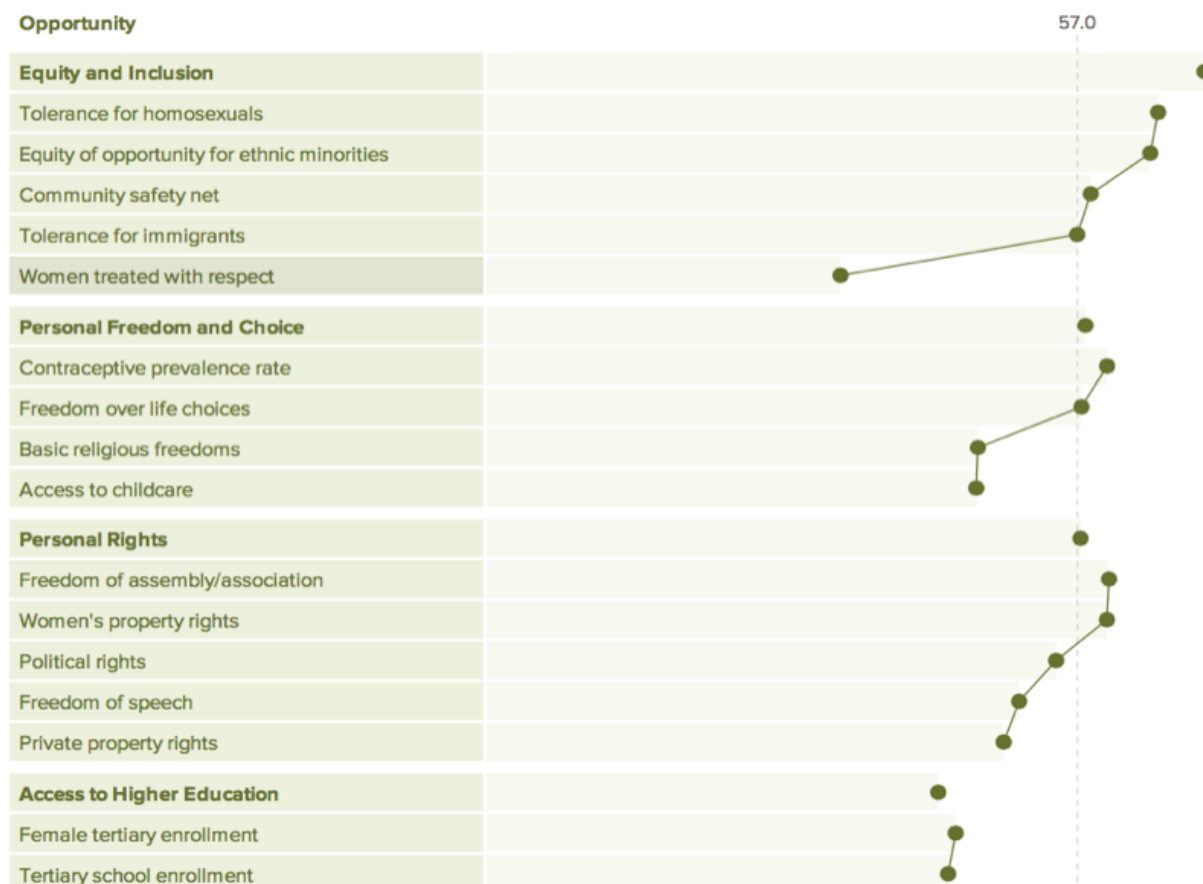


Fonte: Porter et al (2013)

Por fim, é importante analisar, também, a dimensão de Oportunidades, trazida à baila pelo IPS como relevante instrumento para mensuração do “Progresso Social” (Gráfico 4). Nesse caso, notamos que o Brasil atinge pontuações significativas em termos de igualdade e inclusão social, ainda que com importantes distinções dentre os indicadores. Se considerarmos os quesitos de Tolerância a homossexuais e Igualdade de Oportunidades para Minorias étnicas, observamos que o país se localiza acima dos 58 pontos. Já quando

analisamos, na mesma dimensão, o indicador de Tratamento das mulheres com Respeito, observamos queda significativa da pontuação do país, passando para menos de 35 pontos.

**Gráfico 2 – Performance do Brasil na dimensão de Oportunidades do IPS, segundo pontuação alcançada e posicionamento final no ranking de países**



Fonte: Porter et al (2013)

## 4 Considerações Finais

A ideia de se transformar um índice tal qual o IPS em referência e parâmetro de avaliação dos países esbarra, como se observa, em limitações importantes e significativas do ponto de vista conceitual e metodológico. É mais uma medida entre tantas, com méritos de trazer para agenda pública, a discussão sobre Bem Estar e o alcance das Políticas Públicas. Mas é nesse mesmo sentido que ao IPS aplicam-se as mesmas críticas já apontadas para outras medidas dessa natureza, em especial o IDH. Ao realizar uma leitura simplificada e superficial da realidade, tende a ser pouco sensível aos esforços que os governos vem desempenhando em áreas importantes no âmbito social. Ao combinar indicadores objetivos com medidas de percepção dificultam a interpretação de seus resultados. Ao utilizar fontes de dados não necessariamente atualizadas e/ou ditas oficiais dos países o IPS acaba perdendo legitimidade para apontar avanços e retrocessos do dito “Progresso Social” entre países.

## Bibliografia

BARRETO,R.; JANNUZZI,P.M. **Concepção e cálculo do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD SUAS**. Estudos Técnicos SAGI, nº 22/2012.

Disponível em: [www.mds.gov.br/sagi](http://www.mds.gov.br/sagi)

PORTER, Michael E., and Klaus Schwab, eds. **Global Competitiveness Report 2008/2009**. Geneva: World Economic Forum, 2008.

SOUZA, Marconi F.; SANTOS, James R.. **Análise do indicador Anos de Escolaridade Esperados, componentes do cálculo atual do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**.

Estudos Técnicos SAGI, nº 05/2013. Disponível em: [www.mds.gov.br/sagi](http://www.mds.gov.br/sagi)

SEN, A. 1985. **Commodities and Capabilities**. Oxford: Oxford University Press.

VAZ, Alexander Cambraia N. **Apontamentos metodológicos e conceituais acerca do Índice Multidimensional de Pobreza da OPHI/PNUD**. Estudo Técnico SAGI nº 17/2013. Disponível em: [www.mds.gov.br/sagi](http://www.mds.gov.br/sagi)

PORTER, Michael E.; et al. **Social Progress Index 2013**. A publication of the Social Progress Imperative. Disponível em: [www.socialprogressimperative.org](http://www.socialprogressimperative.org). Acesso em 02/09/2013.